

MEDIA INTERVENTIONS COMO INSURGÊNCIAS MUDIÁTICAS NOS TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

MEDIA INTERVENTIONS AS MEDIA INSURGENCIES IN TERRITORIES OF SOCIAL VULNERABILITY

MEDIA INTERVENTIONS COMO INSURGENCIAS MEDIÁTICAS EN TERRITORIOS DE VULNERABILIDAD SOCIAL

Cilene Victor

■ Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é líder do grupo de pesquisa "Jornalismo Humanitário e Media Interventions", docente da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM) e da pós-graduação (lato sensu) da FGV LAW.

■ Profesora titular del Programa de Posgrado en Comunicación Social de la Universidad Metodista de São Paulo (UMESP), donde lidera el grupo de investigación "Periodismo Humanitario y Media Interventions", docente de la Facultad Paulus de Comunicación (FAPCOM) y de la posgrado (lato sensu) de la FGV LAW.

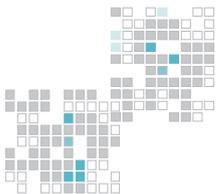
■ E-mail: cilenevictor@gmail.com

Louis Edoa

■ Doutorando em Comunicação de Riscos, Prevenção e Mitigação de Desastres ligados às Mudanças Climáticas em Territórios de Vulnerabilidades, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo (PPGCOM-Umesp) - Bolsista Capes (Taxa). Mestre em Comunicação Social pela Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo (PPGCOM-Umesp), bolsista CNPq (Integral). Especialista e Consultor de Diversidade, Equidade e Inclusão nas organizações (DI). Jornalista profissional (Mtb: 94.024SP), Teólogo, Filósofo, Escritor e Pesquisador em Comunicação.

■ Doctorando en Comunicación de Riesgos, Prevención y Mitigación de Desastres vinculados al Cambio Climático en Territorios Vulnerables, en el Programa de Postgrado en Comunicación Social de la Escuela de Comunicación, Educación y Humanidades de la Universidad Metodista de São Paulo (PPGCOM-Umesp) - Becario Capes (Fee). Máster en Comunicación Social por la Escuela de Comunicación, Educación y Humanidades de la Universidad Metodista de São Paulo (PPGCOM-Umesp), becario del CNPq (Full). Especialista y Consultora de Diversidad, Equidad e Inclusión en organizaciones (DI). Periodista profesional (Mtb: 94.024SP), Teóloga, Filósofa, Escritora e Investigadora en Comunicación.

■ E-mail: louisnelma40@gmail.com



RESUMO

Data dos 1980 o uso de Media intervention em missões de paz da ONU. Nos últimos anos, essas estratégias de mídia alcançaram outros contextos e áreas, da arte à política. Nessa perspectiva, o artigo visa buscar nas potencialidades práticas dessas intervenções caminhos para uma insurgência midiática nos territórios de vulnerabilidade social, amparada em preceitos decoloniais. Para isso, a pesquisa recorre à revisão bibliográfica nas áreas da comunicação, filosofia política e geografia política, e ao estudo de caso de media interventions na maior favela de São Paulo, Heliópolis, e seus resultados em uma comunidade de outra cidade, o Pós-Balsa.

PALAVRAS-CHAVE: *MEDIA INTERVENTIONS*; *INSURGÊNCIAS MÍDIÁTICAS*; *TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE*; *LUTA POR RECONHECIMENTO*.

ABSTRACT

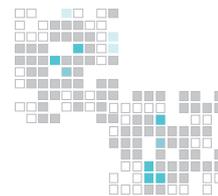
Since the 1980s, media intervention has been used in UN peacekeeping missions. Recently, media interventions reached other contexts and areas, from art to politics. From this perspective, the paper aims to explore the practical potentialities of these strategies for media insurgencies in territories of social vulnerability, supported by decolonial precepts. Given that, the paper relies on a literature review in the three fields: communication, political philosophy, and political geography, and the case study of media intervention in the largest favela in Sao Paulo, Heliópolis, and its results in another community, Pós-Balsa, in another city.

KEY WORDS: *MEDIA INTERVENTIONS*; *MEDIA INSURGENCY*; *TERRITORIES OF VULNERABILITY*; *STRUGGLE FOR RECOGNITION*.

RESUMEN

Desde la década de 1980, la ONU ha empleado intervenciones mediáticas (media intervention) en misiones de paz. Recientemente, estas intervenciones se han extendido a otros ámbitos, desde el arte hasta la política. Este artículo busca explorar las estrategias para una insurgencia mediática en territorios vulnerables, basándose en principios decoloniales. Para ello, se revisa la literatura en comunicación, filosofía política y geografía política, y se presenta un estudio de caso sobre intervenciones mediáticas en Heliópolis, la favela más grande de São Paulo, y sus efectos en otra comunidad similar, Pós-Balsa, ubicada en otra ciudad.

PALABRAS CLAVE: *MEDIA INTERVENTIONS*; *INSURGENCIA MÍDIÁTICA*; *TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDAD*; *LUCHA POR EL RECONOCIMIENTO*.



1. Introdução

Desde o final dos anos 1980, *media intervention* tem sido usada em missões de paz da ONU (Organização das Nações Unidas), porém, nos últimos anos, o recurso de *intervenção de mídia* vem sendo aplicado em outros contextos, como no da política, saúde e cultura. As imprecisões conceituais e teóricas de *media intervention* têm levado pesquisadores e pesquisadoras do campo da comunicação, mas também do direito internacional, da educação, das relações internacionais e de outras áreas afins, a buscar nos exemplos práticos algumas pistas para a sua teorização e metodologias adequadas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo explorar as proposições teóricas e as práticas de intervenção de mídia como caminho para uma insurgência midiática em territórios de vulnerabilidade social, baseada em preceitos decoloniais. Ainda nesta introdução, devemos antecipar os cuidados com a tradução de *media interventions* para a língua portuguesa, em especial pelo incômodo ou mal-estar decorrente da palavra “intervenção”, muitas vezes associada a algo negativo e imposto.

Estratégias insurgentes de mídias alternativas, ativistas e cidadãs para garantir voz e poder de fala dos grupos marginalizados, em especial nos territórios de vulnerabilidade social, assemelham-se às táticas e recursos de intervenções midiáticas que, quando baseadas em princípios decoloniais, podem desafiar e minar os discursos dominantes e, assim, contribuir para a construção de novas formas de diálogo, resistência e mobilização social.

O artigo busca elementos de intervenções de mídia do projeto Helipa na Ciência, em Heliópolis, a maior favela de São Paulo, que possam ser multiplicados para outros territórios periféricos, como o Pós-Balsa, no município vizinho de São Bernardo do Campo. A escolha do Pós-Balsa e de Heliópolis não configura

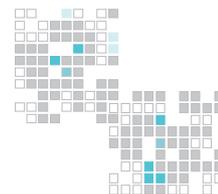
uma tentativa de comparação entre os dois territórios periféricos, mas a possibilidade de buscar a ampliação da investigação do objeto de estudo em dois ambientes aparentemente semelhantes, no que diz respeito à gramática social da desigualdade, mas com características e dinâmicas diferentes e dissonantes.

Ambos os territórios foram estudados pelos autores no escopo do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e *Media Interventions*, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Com Heliópolis, o grupo de pesquisa, coordenado por Cilene Victor, realizou o projeto Helipa na Ciência, com fonte de financiamento do Instituto Serrapilheira. Já na comunidade do Pós-Balsa, em São Bernardo do Campo, Louis Edoa realizou sua pesquisa de mestrado. Os dois estudos revelaram possíveis caminhos para multiplicar ações de intervenção de mídia.

2. *Media Intervention* e insurgências midiáticas

Ainda que *media interventions*, na acepção que empregamos neste trabalho, sejam norteadas e amparadas em preceitos éticos, a tradução do termo para o português demanda atenção, sobretudo pela conotação negativa do termo “intervenção”, como vimos recentemente nos acontecimentos políticos no Brasil. Após esse esclarecimento, passamos a usar a expressão em português “intervenções de mídia” para explicar o conceito e suas aplicações.

Como veremos adiante, o conceito de intervenção de mídia é ainda pouco explorado e investigado, especialmente na área da comunicação, como aponta Kevin Howley (2013), organizador da coletânea *Media Interventions*, que reúne relatos de experiência de intervenção de mídia em diversas partes do mundo. Antes da abordagem teórico-conceitual, é importante resgatar as experiências de intervenções de mídia



nas missões da ONU que visavam a construção de paz (*peacebuilding*). Segundo o sociólogo norueguês Johan Galtung, que introduziu esse conceito em 1976 e é considerado a maior referência na área, o processo de construção de paz compreende a criação de condições que permitam a solução pacífica de conflitos, a promoção da justiça social, a redução da violência, a garantia dos direitos humanos e a formação de uma cultura de paz. Esses objetivos, de acordo com Galtung (1976), podem ser alcançados por meio de diversas abordagens, incluindo o diálogo entre as partes em conflito, a negociação de acordos e a implementação de medidas para atender às necessidades de todos os grupos envolvidos.

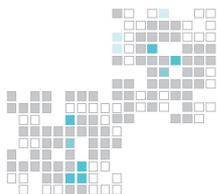
Assim, as primeiras iniciativas de intervenção de mídia ocorreram no contexto das missões de paz da ONU e, portanto, em cenários de conflitos, onde observou-se a atuação dos meios de comunicação locais na incitação ao ódio, na promoção do conflito, no silenciamento de algumas vozes e no apagamento de rostos. Entre os diversos projetos, ações, programas ou iniciativas de intervenções de mídia incorporadas às missões de paz da ONU, destacam-se as do Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas na Namíbia (UNTAG), de abril de 1989 a março de 1990; da Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), de março de 1992 a setembro de 1993; da Força de Proteção das Nações Unidas na ex-Iugoslávia (UNPROFOR), de fevereiro de 1992 a março de 1995; e a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda, UNAMIR, de outubro de 1993 a março de 1996 (Betz, 2004).

Embora a missão de paz na Namíbia tenha sido o grande marco das intervenções de mídia nesse campo, descritas por Manuel (2004, p. 37) como “uso da educação cívica e suas próprias formas de mídia para promover a conscientização do público em geral sobre

o mandato de paz”, o caso de Ruanda é, sem dúvida, um dos mais emblemáticos. Antes e durante os conflitos que resultariam mais tarde, em 1994, em um dos maiores genocídios do século XX, a Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTLM) incitava o ódio dos *hutus* contra a minoria *tutsi*. Yanagizawa-Drott (2014), à época professor associado da Universidade de Harvard, analisou dados de violência genocida de mais de mil vilarejos e constatou que, nas localidades onde a rádio sintonizava bem, o aumento da violência foi de 75%. Ainda segundo o estudo, quase 10% dos assassinatos dos *tutsis* podem ser atribuídos à violência incitada pela RTLM. Já nos vilarejos onde não havia uma boa qualidade de transmissão, o massacre teve uma dimensão menor. O estudo de Yanagizawa-Drott (2014) utilizou dados de processos judiciais e informações sobre alfabetização para investigar a relação entre a exposição à propaganda da RTLM e a participação em violência em massa durante o genocídio de Ruanda.

Loretta Hieber (1998) destaca que a atuação da Radio Milles Collines alertou a comunidade internacional sobre os perigos da mídia de ódio, levando a intervenções de mídia como parte das missões de paz. Para a autora, intervenções de mídia em zonas de conflito podem ser divididas em duas categorias principais. A primeira está centrada no jornalismo tradicional, no qual os jornalistas devem relatar os conflitos com o objetivo de promover a paz e evitar a escalada das tensões. A segunda, por sua vez, é mais proativa, direcionada a públicos específicos e com uma agenda predefinida.

Na linha da primeira categoria, encontramos exemplos nos estudos de Howley (2013), em especial quando o autor fala da importância de se “trabalhar os árbitros” (jornalistas) de uma realidade que precisa de intervenção (2013), e na pesquisa de Anita Howarth (2013) sobre as campanhas dos jornais britânicos, no final dos



anos 1990, contra as políticas de promoção dos alimentos transgênicos. Na segunda categoria de intervenções da mídia, destaca-se o papel das mídias alternativas ou ativistas/cidadãs, na sua maioria com participação de grupos sociais, movimentos e instituições da sociedade civil organizada ou, como veremos no estudo de caso, nas lideranças dos territórios que demandam intervenções de mídias nas diversas áreas. É essa categoria de intervenções de mídia, materializadas na experiência conduzida pelo grupo de Timothy Marjoribanks, na Austrália, que recorreremos para conectar essas estratégias com as insurgências midiáticas amparadas em preceitos da decolonialidade.

Antes de seguirmos com Marjoribanks, é necessário reforçar que o conceito de intervenções midiáticas, segundo Howley (2013), permanece evasivo e teoricamente subdesenvolvido, o que “inibe o uso eficaz e ético dessas práticas para influenciar comportamentos e cognições individuais, promover o conhecimento e estimular o debate” (Howley, 2013, p.10). Neste artigo, os autores optam por uma ação de intervenção de mídia realizada na maior favela de São Paulo, Heliópolis, com transmissão por uma rádio comunitária, considerada, no escopo desta discussão, uma mídia alternativa. Segundo Howley (2013), as mídias alternativas e ativistas não apenas têm sido marginalizadas no campo das pesquisas em comunicação, como também têm corrido o risco de ser autoexcluídas ao se concentrarem exclusivamente em contestação e resistência.

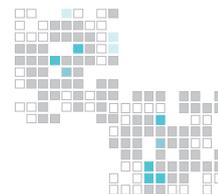
Quanto ao trabalho do professor Timothy Marjoribanks, da Swinburne University of Technology de Melbourne, apresentado no artigo “*Resources of Belonging: Assessing the Consequences of Media Interventions*”, com Karen Farquharson, David Nolan e Michael Gawenda, observa-se que as intervenções de mídia visam contribuir para reverter ou atenuar os impactos da prática recorrente da propagação

de estereótipos pela mídia sobre determinados grupos e sua identidade cultural (Marjoribanks et al., 2013). Os autores argumentam que a mídia também pode ser usada como um recurso para fortalecer a identidade cultural e promover o senso de pertencimento de um indivíduo a uma dada comunidade.

O estudo apresenta os achados de um caso de intervenções de mídia na Austrália, que consistiu em um programa de treinamento de jornalismo com foco nos sudaneses-australianos em Melbourne, em 2010. Com o objetivo de desenvolver nesse grupo capacidades e recursos para melhorar sua representação e voz na mídia australiana, o programa foi desenvolvido por meio do *Centre for Advanced Journalism at The University of Melbourne* e envolveu pesquisadores de três instituições, University of Melbourne, Swinburne University e La Trobe University.

Os autores justificaram a escolha desse grupo por meio dos dados estatísticos e do recorrente preconceito sofrido pelos sudaneses. Para a primeira justificativa, eles mencionaram que em uma década, entre 1997 e 2007, os sudaneses representavam a nacionalidade que mais migrou para a Austrália por meio de programas humanitários africanos, chegando a representar 54% do total de migrações africanas para aquele país (ABS, 2008; Perrin & Dunn, 2007). Para a segunda justificativa, os autores, amparados nos levantamentos da Comissão Australiana de Direitos Humanos, lembraram que “como parte desse processo de migração, os sudaneses e, na verdade, os imigrantes de todas as nações africanas para a Austrália, experimentaram níveis significativos de discriminação por meio de uma série de instituições sociais, incluindo a mídia” (Marjoribanks et al., 2013, p. 56).

A iniciativa, que recebeu o nome *AuSud Media Project*, foi concebida no contexto da academia, envolveu também o *Adult Multicultural Education Service* (AMES), que oferece uma variedade



de serviços destinados a migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio, como suporte com a língua inglesa, busca de emprego, envolvimento com a comunidade e apoio para acomodação, e a *Australian Broadcasting Corporation* (ABC), uma mídia pública, mas editorialmente independente. Embora com vários desafios, a produção de um *blog* envolveu atividades que visavam garantir o processo de voz e escuta entre os participantes, em especial os sudaneses e os jornalistas, uma das condições primárias para a busca pelo pertencimento (Marjoribanks et al., 2013).

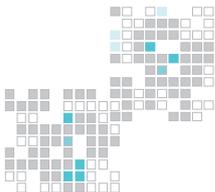
É essa linha de raciocínio que leva Howley (2013) a entender o conceito de intervenções de mídia como um conjunto de estratégias e táticas utilizadas por artistas, dissidentes políticos, grupos minoritários e não profissionais, bem como por grupos dominantes com interesses comerciais ou estatais. Essas mídias alternativas têm sido importantes para potencializar a voz de grupos marginalizados e para questionar a narrativa hegemônica da mídia tradicional, contribuindo para uma maior diversidade de perspectivas e informações disponíveis ao público. No entanto, é importante também analisar as estratégias utilizadas por essas mídias e como elas podem impactar o campo da comunicação como um todo.

A partir de experiências de intervenções de mídia como a promovida pelo grupo de Marjoribanks, observamos que essas estratégias e táticas, quando operadas por mídias alternativas, cidadãos e ativistas, e ao cumprirem com um papel elementar de ampliar a diversidade de vozes e perspectivas na comunicação, contribuem para o rompimento das estruturas opressivas presentes na mídia tradicional. E é esse rompimento que pode promover uma insurgência midiática nos territórios periféricos, como veremos a seguir. Nessa linha, buscamos, nos preceitos da decolonialidade, elementos para a construção dessas insurreições de mídia.

Para Luciana Ballestrin (2013), a decolonialidade surge em resposta à noção limitada da colonização como um evento histórico concluído, entendendo que esse processo continuou a existir, apesar de assumir diferentes formas. Nessa linha de pensamento, Catherine Walsh (2006) sugere a decolonialidade como expressão de “resistência e recusa”. Ao abordar as pedagogias decoloniais, Walsh (2017) as define como “processos e práticas que estimulam, provocam e fazem caminhar, lutar, pedir e semear vida nestes tempos de guerra-morte em que a colonialidade é reconstituída no capitalismo global” (Walsh, 2017, p. 14, tradução nossa).

Trata-se, portanto, segundo Ballestrin (2013), de uma luta constante contra as práticas coloniais impostas aos grupos marginalizados, objetivando a resistência e a sobrevivência diante da matriz de poder colonial em todas as suas dimensões. Maldonado-Torres (2019, p.36) dialoga com a ideia da decolonialidade como uma “luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos simbólicos”.

Segundo Colpani, Mascot e Smiet (2022), em várias partes do mundo, o termo “decolonialidade” se tornou um terreno de identificação política para várias lutas e movimentos sociais. Esses movimentos e lutas se confundem com a própria ideia e preceitos teóricos da decolonialidade, uma vez que um engajamento pós-colonial crítico, com a opção decolonial, contribui para a discussão sobre os significados da descolonização que esses movimentos seguem reativando. Se para Mignolo e Walsh (2018) o pensamento decolonial está atrelado à desobediência epistêmica, incluindo uma forma de pensar o aparelho do Estado e a identidade política, os preceitos da decolonialidade contribuem para materializar rupturas das e nas abordagens, dinâmicas e estrutura das mídias tradicionais. Essas rupturas, ao se conectarem com as táticas e



estratégias de intervenções de mídia, contribuem para a construção de iniciativas midiaticamente insurgentes nos territórios periféricos e, portanto, de luta por reconhecimento e dignidade.

3. Territórios de vulnerabilidade e a luta por reconhecimento

Para falarmos de territórios de vulnerabilidade, faz-se necessário entender o que é um território, sobretudo em decorrência de sua importância e emergência no âmbito das políticas públicas e da compreensão da produção e enfrentamento das iniquidades sociais. Por isso, observamos que a discussão está presente em várias áreas científicas e contemplada também na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. O primeiro elemento a observar é a grande ligação entre a (in)justiça social e o ambiente/território que revela as faces mais nefastas da desigualdade social no espaço. Acompanhamos, por exemplo, os desastres associados a extremos climáticos na região de São Sebastião¹, no litoral do estado de São Paulo. Os noticiários informaram que a chuva matou pessoas, na sua maioria, moradoras de bairros periféricos. Diante dessas notícias, é inevitável o questionamento acerca da naturalização das causas dos desastres, neste caso, a chuva. Por que a assimetria dos danos materiais e das perdas humanas entre os bairros periféricos e não-periféricos? Marandola (2007) tem feito essa observação e traz suas pistas.

A 'coincidência' dos riscos de origem social e ambiental nas áreas de populações mais vulneráveis, fruto do modelo de desenvolvimento e racionalidade operado pelo atual processo de globalização, interferindo

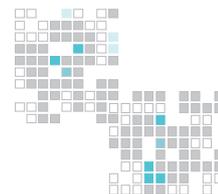
¹ O desastre socioambiental de São Sebastião, cidade litorânea do estado de São Paulo, ocorreu em fevereiro de 2023. De acordo com dados da Defesa Civil do Estado de São Paulo, o desastre resultou em 54 mortes no litoral norte do estado, sendo 53 em São Sebastião e uma em Ubatuba.

na gestão e produção territorial local, estabelecendo conexões escalares cada vez mais complexas (Marandola, 2007, p.495).

O território é peça fundamental na definição dos fatores de vulnerabilidade, pois não se limita unicamente à sua identificação política administrativa, mas também é um espaço de luta contra as desigualdades sociais, como apontam Pizzio e Silva (2016, p.179): “a territorialização deve considerar as disparidades, as situações de risco e a vulnerabilidade social nas diversas localidades”. Significa dizer que cada território tem suas particularidades que necessitam ser contempladas, uma vez que a abordagem da vulnerabilidade e do risco é uma abordagem territorial. De cada território, ainda, é possível observar tendências e perspectivas “a partir de nuances dos aspectos produtivo, político, cultural, ambiental e de desenvolvimento local” (Pizzio; Silva, 2016, p.179).

Essas nuances, que definem cada território, fazem dele um espaço de relações de poder e um conceito complexo que obriga a pensar o território e sua abordagem a partir de articulações, interações e histórias existentes (Pizzio; Silva, 2016). Assim, Santos (2012) sustenta que essa dimensão nos permite vislumbrar, entre outros objetivos, o alcance de bens e serviços como forma de tornar a vida mais digna em todas as suas dimensões. O território, para identificação de risco e vulnerabilidade, é essencial, pois é nele que ocorrem articulações e dinâmicas sociais em todos os sentidos. Por isso, ele não pode ser entendido somente como uma área demarcada em que alguém tem posse, como trazem os autores:

Nessa perspectiva, o debate sobre o território torna-se primordial, afinal não há como pensar o território em suas singularidades sem remeter às questões relativas à desigualdade social. Assim, adquire relevância a reflexão



sobre como ocorrem as dinâmicas locais e as articulações territoriais nos espaços vividos por grupos diversos e em situações de privações e vulnerabilidade que coadunam com as expressões da questão social. (Pizzio e Silva, 2016, p.180)

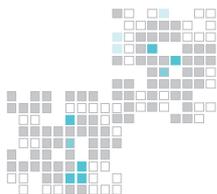
Para Saquet (2020), “o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes” (Saquet, 2020, p. 115). E relações consistem na capacidade de estabelecer laços que ultrapassam a simples busca de produção de bens e serviços, chegando até a incluir as vidas humanas: relações como primórdio da alteridade e base da luta por reconhecimento. É nessa perspectiva que Saquet (2013, p.111) concebe o território e afirma que ele “envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente; compreende os ambientes natural e construído em sistema [...], estuda os grupos, as comunidades e suas percepções/sentimentos do território, sua organização, seus signos”.

Significa que o território traz consigo a ideia de cultura, política, natureza e está em conexão com o ambiente. Ele é chão, mas também pode ser as formas espaciais e as relações entre sujeitos (Saquet, 2013). No território, ainda, está embutido o aspecto social que “envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagindo entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço” (Saquet, 2013, p.115). Isso nos permite incentivar a consideração das condições de cada lugar/território, pois cada um tem seus valores específicos e locais. E mesmo quando são organizados e transformados em valores universais, com o intuito de formar uma rede, não se pode deixar de lado os aspectos individuais nas abordagens de cada território. Por isso, apoiando-se em Santos (2012), Pizzio e Silva (2016) reconhecem que:

O território é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais se vive, trabalha e habita. É também um conjunto simbólico, de forma que o valor do indivíduo pode depender do lugar em que ele está/vive. Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada indivíduo se encontra. (Pizzio e Silva, 2016, p.182)

Existe no conceito de território uma complexidade unitária entre seus elementos e dimensões. É por essa razão que o território se torna então fundamental para entender e definir a questão da vulnerabilidade social. Para Lima (2016, p. 23), o conceito de vulnerabilidade social se explica a partir do “estado de maior ou menor exposição dos indivíduos e das populações aos fatores de exclusão social¹, que em última instância revelam uma situação de desigualdade social, em contextos de negação dos direitos sociais”. Assim, entender a questão da vulnerabilidade social requer que olhemos com atenção a questão dos direitos sociais dos indivíduos. Isso porque é a exposição social dos indivíduos/populações a fatores que os excluem desses direitos que configura a vulnerabilidade dessas pessoas.

Nessa definição de Lima (2016), há um elemento novo a ser observado: os indivíduos são colocados em situação de vulnerabilidade e não são vulneráveis, pois ao classificá-los como vulneráveis retira-se a responsabilidade dos fatores/pessoas que os colocaram em tais situações. Nessa perspectiva, temos o surgimento de um novo paradigma que traz a possibilidade de uma nova leitura do cenário de entendimento da vulnerabilidade. A ausência desse fator é catalisadora da luta por reconhecimento que



acontece nesses territórios.

Em “Luta por reconhecimento: A gramática Moral dos Conflitos Sociais”, Axel Honneth (2003a) argumenta sobre a possibilidade de construção de uma teoria social do reconhecimento que tem como base três formas de reconhecimento recíproco nas relações sociais: as relações amorosas, as relações jurídicas e a estima social. Essa construção se fundamenta na observação e releitura que o autor faz da teoria de reconhecimento de Hegel e os estudos de Herbert Mead e Donald Winnicott. Segundo Honneth (2003a), as interações intersubjetivas causam nos indivíduos sentimentos como autoconfiança, autorrespeito e autoestima, correspondendo, respetivamente, às três relações sociais. A ruptura ou violação de qualquer um desses sentimentos, por qualquer motivo, causa o impulso para a resistência social e política.

Antes de falarmos sobre o conceito de luta por reconhecimento nos territórios de vulnerabilidade, é importante, ainda que brevemente, abordar a Teoria Crítica que está na base do conceito. Observa-se que a Teoria Crítica não busca mostrar como as coisas deveriam se apresentar, mas como elas são. Trata-se de criar correlação entre teoria, conhecimento, e a ação social, tendo como finalidade chegar à emancipação da dominação e à compreensão da sociedade. Isso se dá pela interpretação das relações sociais, contextualizando os acontecimentos no âmbito da sociedade. Essa correlação no nível social passa pela experiência que enriquece o conhecimento que se tem sobre a emancipação dos indivíduos e permite o melhor entendimento de elementos como dominação, marginalização e invisibilização presentes nos territórios de vulnerabilidade.

Para Honneth (2003a), todo reconhecimento está intimamente ligado às experiências cotidianas dos indivíduos nos seus diferentes âmbitos sociais. Isso porque “os sujeitos humanos

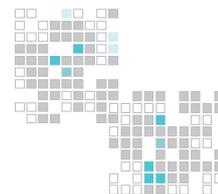
devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo [...]” (Honneth, 2003a, p.125). É a partir da experiência intersubjetiva, e de recíproco reconhecimento, que os indivíduos começam a vivenciar uma experiência de amor recíproco, sem regredir a um estado simbiótico (Honneth, 2003a).

A experiência do reconhecimento está sempre ligada a uma forma positiva de experiência de si. Por isso, o autor constrói sua teoria partindo da premissa de que o conteúdo daquilo que entendemos por desrespeito, marginalização ou injustiça está implicitamente vinculado às reivindicações individuais por reconhecimento. O sujeito social adquire uma positiva compreensão de si mesmo quando faz a experiência de reconhecimento, mas, quando o indivíduo social vive a experiência de desrespeito, a sua positiva autorrelação, adquirida intersubjetivamente, adoece.

Por isso, seguindo o entendimento de Honneth (2003b), as lutas por reconhecimento nos territórios de vulnerabilidade são o motor das transformações sociais que teria constituído as condições modernas de integração social. Segundo o filósofo alemão, as teorias resultantes da ideia de que os interesses são a motivação principal das lutas sociais reduzem todas as pretensões morais dos indivíduos a finalidades ligadas à autoconservação. Por isso, para se tornarem sustentáveis, elas precisam ampliar “o espectro dessas lutas dirigidas por interesses, incluindo bens culturais e simbólicos na definição das possibilidades de reprodução específicas dos grupos” (Honneth, 2003a, p.261), absorvendo-os, assim, num processo de “concorrência por bens escassos”.

4. 0 Estudos de caso – da Heliópolis ao Pós-Balsa

O projeto Helipa na Ciência, concebido pela pesquisadora Cilene Victor e um jovem



morador, liderança comunitária da Heliópolis e pesquisador do Observatório De Olho na Quebrada, João Victor de Paula, recebeu apoio financeiro do Instituto Serrapilheira, por meio da chamada pública ‘O papel da ciência no Brasil de Amanhã’.

Helipa na Ciência conectou pesquisadores e pesquisadoras de dois grupos de pesquisa, o Jornalismo Humanitário e *Media Interventions* (HumanizaCom) e o SemioHumanitas, ambos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, e jovens da favela de Heliópolis, a maior de São Paulo, que atuam como pesquisadores e pesquisadoras no Observatório de Olho na Quebrada.

Inicialmente concebido para ser uma série de podcast com transmissão pela Rádio Comunitária Heliópolis, 87,5 FM, o Helipa na Ciência foi sendo adaptado de acordo com as demandas dos jovens da Heliópolis. À ideia de levar ao ar, ao vivo pela rádio, seis temas científicos de interesse e escolhidos pela própria comunidade, por meio de levantamento feito pelo Observatório De Olho na Quebrada, foram somadas oficinas de práticas de audiovisual, podcast, locução, edição de vídeo, assessoria de imprensa e jornalismo científico voltadas aos jovens envolvidos no projeto.

Transmitido ao vivo pela rádio, o Helipa na Ciência abordou os seguintes temas escolhidos pela comunidade: a formação de cientistas periféricos e o papel da ciência nos territórios de vulnerabilidade social; direito à cidade e à moradia e cultura periférica; segurança alimentar e boa nutrição; economia, emprego e renda; mudanças climáticas e desastres; poluição sonora, atmosférica, visual e a questão dos resíduos sólidos. Com apoio dos pesquisadores e pesquisadoras dos dois grupos de pesquisa, os programas, de duas horas de duração cada e de periodicidade semanal, foram produzidos pelos jovens da Heliópolis, estudantes de graduação

e do ensino médio. A apresentação dos seis programas e a condução das entrevistas foram realizadas por dois âncoras escolhidos pelo De Olho na Quebrada, ambos universitários e moradores da Heliópolis.

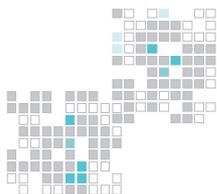
Embora não tenha sido pensado para ser uma ação de intervenção de mídia nem uma resposta direta à forma tradicional de divulgação da ciência, os resultados do projeto sugerem elementos importantes de estratégias de mídia, nas chamadas mídias alternativas, amparadas na ética de uma intervenção positiva na realidade, em especial da comunidade na qual os seus jovens têm sido excluídos das pautas de ciência nos veículos tradicionais.

Ao levar para o estúdio da Rádio, localizada dentro da favela, importantes nomes da comunidade científica brasileira, o Helipa na Ciência contribuiu para amplificar o diálogo entre cientistas e jovens da quebrada e a reduzir a distância entre a academia e as comunidades dos territórios de vulnerabilidade social, recorrendo para isso aos preceitos de um processo de decolonialidade que rompe com os padrões das grandes mídias

4.1. Pós-Balsa – território para intervenções de mídia

O Pós-Balsa pertence à zona rural de São Bernardo do Campo e faz parte da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Represa Billings – APRMB, uma das principais áreas de recuperação dos mananciais do estado de São Paulo (Governo do estado de São Paulo, 2010). A região conta com uma área total de 54,03% em relação ao total do município de São Bernardo do Campo e representa 40,96% da área de preservação do estado de São Paulo.

A população residente na região é de 10.620 pessoas, segundo estimativa da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico, da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (PMSBC),



número que representa 1,26% da população do município. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a maior parte dessa população tem idade entre 15 e 49 anos, grupo que representa 54,33% do total da população da região, sendo que a faixa etária mais numerosa é de jovens entre 20 e 29 anos, 16,38% (IBGE, 2010). Ainda,

os dados revelam uma situação de precariedade e negação dos direitos básicos da população da região. Isso vemos quando analisamos dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) que mostram que grande parte da população faz parte do grupo de alta vulnerabilidade social.

Tabela 1: População dividida segundo o IPVS, Pós-Balsa x Município de SBC, 2010

Grupos de Vulnerabilidade Social - IPVS	População	
	Pós-Balsa	São Bernardo do Campo
1. Baixíssima	4,8%	5,0%
2. Muito baixa	8,5%	47,7%
3. Baixa	18,4%	19,7%
4. Média	0,0%	11,0%
5. Alta (setores Urbanos)	-	4,1%
6. Muito alta (aglomerados subnormais urbanos)	-	11,4%
7. Alta (Setores Rurais)	68,3%	1,1%

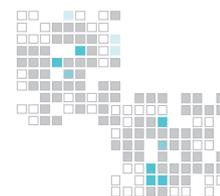
Fonte: SEADE³, com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

O conjunto de dados e informações sobre o Pós-Balsa permite classificar a comunidade como um território de vulnerabilidade. Isso se dá pelo perfil de situação de vulnerabilidade em altíssimo nível, o que engloba mais de 68% da população da comunidade, tocando nos aspectos tanto individuais quanto coletivos, como renda familiar, ciclo de vida, educação e situação civil. Diante desses índices, percebemos também a fragilidade das pessoas que habitam esse território, sobretudo pelo fato de que elas precisam enfrentar a vulnerabilidade do lugar e suas implicações no espaço de vivência, contendo elementos como moradia precária e estrutura pública ausente. Esses aspectos da vulnerabilidade no Pós-Balsa denunciam a injustiça social e a invisibilização, levando as populações às suas lutas por reconhecimento.

Concebemos as lutas por reconhecimento no Pós-Balsa como processos dinâmicos de via

dupla. Há uma luta por reconhecimento interna que depende unicamente dos atores sociais do território, ou seja, uma luta empreendida pelos moradores e que tem por intuito chegar à construção de valores como a autoconfiança, autoestima e autorrespeito. E há a segunda via que não depende unicamente deles, pois ela se constrói na relação e encontro com o outro. Essa se dá pela tentativa de desconstrução da hegemonia e dominação da sociedade sobre esses indivíduos.

No Pós-Balsa, esse pensamento se dá por meio do teor e conteúdo dos decretos e das matérias publicadas que sempre carregam hostilidade e agressividade contra a região. O uso de palavras como impedimento, apreensão, destruição, mesmo que necessário na questão da fiscalização ambiental, por não considerar a participação desses atores sociais nesse processo, configura hostilidade. A repetição de tais conceitos e termos



pela imprensa configura e resulta na perpetuação dessa situação, gerando um sentimento de pânico moral e o agravamento da exclusão, o que já é penoso e dá lugar à agressão. Por isso, é necessário reconhecer que não se pode seguir na construção de uma sociedade que tem a anulação como única relação com outro.

Percebe-se que a experiência dos moradores do Pós-Balsa como sujeitos, ao encontro dos vários 'Eus' (o Eu da imprensa e os Eus do poder público municipal e estadual), culmina sempre na produção de subjetividades sensíveis às diferenças e mais favoráveis à opressão, violência, dominação e sujeição. Torna-se imperativo construir uma cultura que acolhe, respeita e valoriza as diferenças para o desenvolvimento de uma sociedade com mais pertencimento social. Não se trata somente de seguir para o reconhecimento da humanidade desses atores sociais, mas precisa incluir essa humanidade no funcionamento social.

A luta por reconhecimento da comunidade do Pós-Balsa não é somente um processo de construção social da identidade individual, ela busca garantir a promoção e a conquista de espaço e lugar no seio da sociedade para grupos minoritários. Entende-se, portanto, que é imprescindível potencializar a atuação dos grupos minoritários, quase sempre invisibilizados, e garantir que suas vozes cheguem nos ambientes de debate social. Trata-se de lutar pela formação da identidade de indivíduos, mas também de territórios, visando, com isso, ultrapassar a linha da sub-representação social e midiática e, conseqüentemente, garantir a maior inserção social dos invisibilizados. No Pós-Balsa, esse entendimento está cada vez mais presente nas ações e nos modos de viver e se comportar dos moradores. Com esse entendimento, é possível vislumbrar mecanismos de defesa que permitam inibir representações como coitado, desventurado e mísero, uma prática que tem

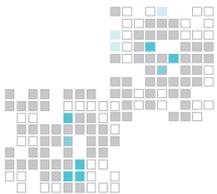
impactado e perseguido as minorias sociais.

Considerações finais

Os estudos no campo das intervenções de mídia, historicamente focados nas experiências das missões de paz da ONU, encontram nas pesquisas que compõem a coletânea organizada por Howley (2013) outros caminhos, abordagens e metodologias, como mencionados neste artigo.

Observa-se na tradição desses estudos um distanciamento, ou adiamento, da teorização e conceituação de *media interventions*, do mesmo modo que se constata a urgência de uma taxonomia que permita o diálogo entre a dinâmica, as funções e propósitos das táticas e estratégias dessas intervenções midiáticas e outros campos emergentes da comunicação, como o da decolonialidade e da filosofia política, com destaque para a luta por reconhecimento.

A tentativa experimental de conectar um exemplo prático de intervenção de mídia em uma favela brasileira, com potencial multiplicador para outros territórios de vulnerabilidade social, como o Pós-Balsa, e os preceitos da decolonialidade, materializados na luta e na resistência às matrizes simbólicas, visa encontrar pistas para garantir às intervenções de mídia o compromisso ético com os grupos marginalizados. Essas pistas podem aliviar as inquietações em relação à ausência de uma teoria que garanta que intervenções de mídia não sejam usadas para a manutenção do status quo. Os estudos nos dois territórios seguem paralelos e, com este artigo, esperamos encontrar as pistas para a concepção de ações de *media interventions* no Pós-Balsa que sejam capazes de repetir a dinâmica e os resultados do Helipa na Ciência, em Heliópolis, onde a tríade voz, escuta e pertencimento mostrou caminhos para a resiliência, não apenas ao histórico de exclusão, mas às estratégias midiáticas de apagamento da luta nesses territórios.



Referências

- ABS – Australian Bureau of Statistics. Census 2006, People born in Africa. (Cat. N° 3416.o- Perspectives on Migrants). Canberra, Australia, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana. O giro decolonial e a América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, 2013. p. 89-116.
- BETZ, Michelle. *Radio as peacebuilder: a case study of Radio Okapi in the Democratic Republic of Congo*. The Great Lakes Research Journal. Vol. 1. December 2004. <https://www.hirondelle.org/images/pdf/Etudes/RadioOkapiasapeacebuilder.pdf>
- COLPANI, Gianmaria; MASCAT, Jamila M. H.; SMIET, Katrine. *Postcolonial responses to decolonial interventions*. Postcolonial Studies. Routledge Taylor & Francis Group, Volume 25, n° 1, 1-16, 2022.
- GALTUNG, Johan. *Peace, war and defense*. Essays in Peace research. Copenhagen: C. Ejlers, 1976.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings – Relatório final*. Maio 2010. Disponível em: <http://pdpa.cobrape.com.br/Arquivos/Pdpas/PDPA-Billings.pdf>. Acesso em out. 2021.
- HIEBER, Loretta. *Media as intervention: a report from the field*, Tracxk Two, v. 7, n. 4, 1998. <https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/EJC111751>.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003a.
- _____. *Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser*. In: Nancy Fraser e Axel Honneth. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. Nova York, Verso, 2003b, p. 110-189.
- HOWLEY, Kevin. *Media interventions*. New York: Peter Lang, 2013
- HOWARTH (2013)
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html>. Acesso em jun. 2021.
- LIMA, Filipe Antunes. *Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e de decolonialidade: algumas dimensões. In: GROSFOGUEL, R.; MALDONADO-TORRES, N.; BERNARDINO-COSTA, J. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MANUEL, Susan. *How the UN communicates in post-conflict turmoil*. In: UNESCO. *Media Conflict Prevention and Reconstruction*. Paris: UNESCO, 2004, p. 37-41. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000138983?posInSet=3&queryId=N-EXPLORE-ceb31669-dbe1-4d0e-b576-0f6ae0f6b41a> Acesso em: XXXXX
- MARJORIBANKS, Timothy et al. *Resources of belonging. Assessing the consequences of media interventions*. In: HOWLEY, Kevin. *Media interventions*. New York: Peter Lang, 2013. p. 55-72.
- MARANDOLA, Jr. Eduardo. *Novo olhar sobre o espaço: território e vulnerabilidade*. Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DzfZ6HQcMF47rcDpBjw8XjB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em jul. 2021.
- MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine. *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press, 2018.
- PERRIN, R-L.; & DUNN, K.M. Tracking the settlement of North African immigrants: speculations on the social and cultural impacts of a newly arrived immigrants' group. *Australian Geographer*, 38 (2), 2007, 253-273. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00049180701395355>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- PIZZIO, Alex; SILVA, Márcia Michelle Carneiro da. *Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano. Uma Análise à Luz da Política Pública de Assistência social. Desenvolvimento em questão*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil. Editora Unijui, ano 14, n. 35, p. 177-206, jul./set 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75246032007>. Acesso 3 fev. 2023.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2012.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 5. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- WALSH, Catherine. *Entretejendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re)existir y (re)vivir*. Colombia: Alter/nativas. [e-book], 2017.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.
- YANAGIZAWA-Drott, D. *Propaganda and Conflict: Evidence from the Rwandan Genocide*. The Quarterly Journal of Economics (August 21). doi:10.1093/qje/qju020, 2014.

Recebido em: 23/03/2023. Aceito em: 05/06/2023

